

Índice

Prefácio	11
Conceito e regime jurídico de algumas espécies de títulos de crédito frente à tendência jurídica de unificar, instrumentalmente, parte do Direito Privado Dr. Édison Freitas de Siqueira	13
SEGURO: prêmio versus indenização Dr. Luiz Camargo Pinto de Carvalho	19
O caso da sinonímia legal e histórica das expressões debêntures & obrigações Dr. Édison Freitas de Siqueira	25
O ESTADO EM JUÍZO: os privilégios da Fazenda Pública como determinantes da desigualdade processual Dra. Miriam Ferreira Siqueira	31
A responsabilidade civil dos provedores de serviços de internet Dra. Isabel Cochlar	55
Da indenização por danos morais pela manutenção do nome dos consumidores nos cadastros restritivos de crédito por débito quitado Dr. Marcus Vinicius Barcellos Montano	79
Apropriação indébita previdenciária – causas de extinção da punibilidade Dra. Andrea de Oliveira Carey	93
A indevida exação da alíquota majorada da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF), conforme posta pela Emenda Constitucional n.º 42/2003 Dr. Guilherme Casulo Velho	117
Prescrição retroativa antecipada Dra. Anelise Gomes	137
Parâmetros de controle jurisdicional das sanções disciplinares aplicadas pela Administração Pública Dr. Leonardo Duarte Dantas	151

Magistratura e decidibilidade no processo civil: o poder do juiz entre a vinculação e a discricionariedade	
Dra. Daiane Moura de Aguiar	171
A responsabilidade tributária dos sócios e a ilegalidade e a inconstitucionalidade da inclusão apriorística dos sócios no pólo passivo do Executivo Fiscal	
Dr. Daniel Agostini	183
Da suspensão da execução fiscal em face de oposição de embargos à execução da não-aplicação subsidiária do Código de Processo Civil às execuções fiscais	
Dra. Fernanda Machado	193
Jurisprudência comentada	
1- Tribunal Regional Federal da 4ª região declara inexigível diferença de cobrança de CPMF no primeiro trimestre de 2004.	205
2- Juíza estadual reconhece imunidade de ICMS nas operações de exportação de carne maturada deferindo a utilização dos créditos pelo contribuinte.	215
3- Tribunal Superior do Trabalho condena clube de futebol ao pagamento de cláusula penal por dar causa à rescisão contratual com jogador.	227
Jurisprudência selecionada	
1- AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 914.462 - SP (2007/0145722-8)	237
2- PODER JUDICIÁRIO - JUSTIÇA FEDERAL - 3.ª Vara de São Bernardo do Campo - Ação pelo procedimento: ordinário - Processo nº 2007.61.14.007359-7	239
3- RECURSO ESPECIAL Nº 840.932 - RS (2006/0085843-6)	242
4- CERTIDÃO DE JULGAMENTO-PRIMEIRA TURMA-Número Registro: 2006/0085843-6	253
5- Nota explicativa	255
6- Jurisprudências ?!?!?!	256